



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 10240.000985/2006-06  
**Recurso nº** 140.347 Voluntário  
**Matéria** IPI - RESSARCIMENTO  
**Acórdão nº** 301-34.458  
**Sessão de** 19 de maio de 2008  
**Recorrente** EXPORTADORA BOM RETIRO LTDA.  
**Recorrida** DRJ/BELEM/PA

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Ano-calendário: 2002

Preliminar de Incompetência. Compete ao Egrégio 2.º Conselho de Contribuintes o julgamento de recursos que versem sobre legislação de Imposto sobre Produtos Industrializados, a teor do disposto no art. 21, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF n.º 147, de 25 de junho de 2007.

**DECLINAR COMPETÊNCIA EM FAVOR DO SEGUNDO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, declinar a competência em favor do Segundo Conselho de Contribuintes, nos termos do voto do relator.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente

JOÃO LUIZ FREGONAZZI – Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Rodrigo Cardozo Miranda, Valdete Aparecida Marinheiro, Susy Gomes Hoffmann e Maria Regina Godinho de Carvalho (Suplente). Ausente a Conselheira Irene Souza da Trindade Torres.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra o Acórdão DRJ/BEL n.º 01-8.868, de 07 de agosto de 2007, da 3.<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belém/PA (fls. 49/51), que, por unanimidade de votos, indeferiu a solicitação de ressarcimento de valores relativos às aquisições de matérias-primas de pessoas físicas, bem como não conheceu da impugnação na parte referente aos juros Selic.

Transcrevo, a seguir, por bem relatar os fatos, o relatório da autoridade julgadora de primeira instância:

*"O contribuinte acima identificado requereu à DRF Porto Velho o ressarcimento de valores relativos a glosas efetuadas em outros processos de ressarcimento de crédito presumido de IPI, referentes às aquisições de matérias-primas de pessoas físicas, bem como a incidência de juros Selic sobre tais valores. Aproveitou para pedir o ressarcimento relativo a novas notas fiscais de produtor pessoa física, além de valores que deixaram de ser reconhecidos em processos anteriores em virtude de alegados erros da autoridade fazendária.*

*Em sua análise, a Unidade da Receita Federal esclareceu, com relação às glosas feitas e aos alegados erros em processos anteriores, haver o contribuinte perdido o prazo de trinta dias para apresentação de sua manifestação de inconformidade.*

*Com relação aos novos pedidos de ressarcimento, a DRF Porto Velho decidiu pelo indeferimento com base no § 2.º do art. 2.º da IN SRF n.º 23/97, de 13 de março de 1997, alterada pelas instruções normativas n.º 313, de 3 de abril de 2003, e n.º 419, de 10 de maio de 2004, e relativamente aos juros o indeferimento deu-se com base no § 5.º do art.52 da IN SRF n.º 600, de 28 de dezembro de 2005.*

*Em sua manifestação de inconformidade, a empresa interessada tão somente apresenta alegação de que tais decisões vão de encontro a acórdãos do Conselho de Contribuintes, que transcreve, solicitando a revisão do ato."*

A autoridade julgadora *a quo* indeferiu a solicitação, por entender incabíveis os pedidos de ressarcimento relativos a crédito presumido referente a aquisição de matérias-primas de pessoas físicas, e não conheceu da impugnação na parte referente aos juros Selic em razão da intempestividade.

Inconformada, a contribuinte interpôs recurso voluntário, onde reitera argumentos já erigidos na impugnação, junta acórdãos do 2.<sup>º</sup> Conselho de Contribuintes e alega que os princípios da legalidade e verdade material devem ser observados, em razão de erro da auditoria no cálculo de valores que deixaram de ser reconhecidos.

É o Relatório

## Voto

Conselheiro João Luiz Fregonazzi, Relator

O recurso preenche os requisitos de admissibilidade e deve ser apreciado.

Apreciar o recurso não significa conhecê-lo, pois para verificar se a matéria é de competência do Terceiro Conselho de Contribuintes alguns aspectos, que não dizem respeito ao mérito ou a preliminares de mérito, devem ser examinadas.

### PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA

Cuida o presente processo de manifestação de inconformidade em razão da recorrente ver indeferida sua pretensão de aproveitar crédito de IPI, referente à aquisição de produtos oriundos da atividade rural de pessoa física. Também solicita restituição de juros que deveriam incidir sobre resarcimentos reconhecidos no ano de 2005.

Crédito presumido de IPI relativo a produtos oriundos da atividade rural, conforme definida no art. 2.º da Lei n.º 8.023, de 12 de abril de 1990, utilizados como matéria-prima, produto intermediário na industrialização de produtos exportados, calculados em relação às aquisições efetuadas de pessoas jurídicas sujeitas às contribuições para o PIS/Pasep e à Confins, inclusive ressarcimento, acréscimos moratórios e obrigações acessórias, são matérias pertinentes à legislação do imposto sobre produtos industrializados – IPI.

Trata-se de matéria de competência do Egrégio 2.º Conselho de Contribuintes, a teor do disposto no art. 21, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF n.º 147, de 25 de junho de 2007.

*Art. 21. Compete ao Segundo Conselho de Contribuintes julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância sobre a aplicação da legislação, inclusive penalidade isolada, observada a seguinte distribuição:*

*I - às Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras, os relativos a:*

- a) imposto sobre produtos industrializados (IPI), inclusive adicionais e empréstimos compulsórios a ele vinculados, exceto o IPI cujo lançamento decorra de classificação de mercadorias e o IPI nos casos de importação;*
- b) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF);*
- c) contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, quando suas exigências não estejam lastreadas, no todo ou em parte, em fatos cuja apuração serviu para determinar a prática de infração à legislação do imposto sobre a renda;*

*d) contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de direitos de natureza financeira (CPMF); e*

*e) apreensão de mercadorias nacionais encontradas em situação irregular.*

*II às Quinta e Sexta Câmaras, os relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e contribuições devidas a terceiros.*

Em face do exposto, voto por declinar da competência em favor daquele Conselho e, por consequência, não tomar conhecimento do recurso voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2008

JOÃO LUIZ FREGONAZZI - Relator